PODER

Oposição ocupa o Congresso

Em protesto contra a prisão do ex-presidente Bolsonaro, parlamentares invadiram as mesas diretoras das duas Casas

» DANANDRA ROCHA
» WAL LIMA
» ALÍCIA BERNARDES

José Cruz/Agência Brasil

Deputado Sóstenes Cavalcante e parlamentares de oposição fazem ato tampando a boca com esparadrapo durante sessão da Câmara dos Deputados.

Parlamentares da oposição tomaram, ontem, as mesas diretoras da Câmara e do Senado, em manifestação pela anistia ampla aos golpistas di 8 de Janeiro. Com esparadrapos na boca, em sinal de censura, os congressistas impediram o início dos trabalhos legislativos, enquanto os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP) estavam fora de Brasília.

O protesto teve como pano de fundo a decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), de decretar a prisão domiciliar do ex-presidente Jair Bolsonaro. Em vídeo publicado nas redes sociais, o deputado Gustavo Gayer (PL-GO) chegou a dizer que eles só sairiam da mesa-diretora após Moraes passar por um impeachment.

Pela manhã, os parlamentares subiram a rampa do Congresso, pedindo a articulação de um "pacote da paz" com três propostas prioritárias: impeachment do magistrado, anistia ampla, geral e irrestrita para os investigados dos atos golpistas do 8 de Janeiro e fim do foro privilegiado.

O vice-presidente da Câmara, Altineu Côrtes (PL-RJ), afirmou que, na primeira oportunidade que tiver de ocupar a cadeira da presidência da Casa, acolherá o PL da Anistia. "Diante dos fatos, já comuniquei a Motta que, no primeiro momento em que eu exercer a Presidência plena da Câmara, quando Motta se ausentar do país, irei pautar a anistia", declarou o parlamentar a jornalistas.

Alcolumbre chamou de "exercício arbitrário" a ocupação das mesas. "Faço um chamado à serenidade e ao espírito de cooperação. Precisamos retomar os trabalhos com respeito, civilidade e diálogo, para que o Congresso siga cumprindo sua missão em favor do Brasil e da nossa população", afirmou o senador, em nota.

Na mesma linha, Hugo Motta se manifestou por meio de suas redes sociais. Ele determinou o encerramento das sessões de ontem e convocou uma reunião de líderes para definir a pauta de votações de hoje, "que sempre será definida com base no diálogo e no respeito institucional. O Parlamento deve ser a ponte para o entendimento".

O filho do ex-presidente, senador Flávio Bolsonaro (PL-SP), afirmou que Alexandre de Moraes já perdeu as condições de permanecer no cargo. "Ele está puxando os demais ministros, o procurador-geral da República e várias outras pessoas para um problema que não é delas. Um problema que ele próprio criou. Bastava agir dentro da lei", disse.

A urgência para pautar as três matérias ganha força, na visão de Flávio, após a repercussão de novos documentos vazados, divulgados pelo jornalista Michael Schellenberg na última segunda-feira, com base em mensagens atribuídas ao ex-assessor de Moraes no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Eduardo Tagliaferro. Segundo Flávio, o material mostra uma estrutura "paralela" de perseguição política conduzida por Moraes, fora dos trâmites legais.

"Mais uma vez veio à tona o *modus operandi* de Alexandre de Moraes para perseguir quem ele quer. Ele tinha uma milícia secreta no TSE para conduzir os processos do 8 de janeiro sem o devido processo legal. Determinava prisão com base em símbolos como a bandeira do Brasil ou camisa amarela", afirmou o senador, ao alegar que as ordens eram dadas de forma informal e direta, por e-mail, classificando a conduta como um "atropelo da Constituição".

O **Correio** teve acesso ao documento citado por Flávio, e, nele, consta que as investigações realizadas por Moraes acerca do 8 de janeiro teriam, supostamente, ocorrido com base em "certidões" informais produzidas por integrantes do TSE.

Entre os pontos citados, estão o uso do banco biométrico do TSE, o GestBio, para fins investigativos; prisões com base em manifestações on-line; e a centralização de decisões judiciais nas mãos de Moraes, que acumulava funções no STF e no Tribunal Superior Eleitoral à época. O material também menciona a atuação de ex-assessores do ministro, como Cristina Yukiko Kusahara e Eduardo Tagliaferro, apontados como coordenadores da suposta operação. A deputada federal Carol De Toni (PL-SC) afirmou, em entrevista ao **Correio**, que há elementos suficientes para justificar o impeachment de Moraes. "Seus assessores estão cavando provas para manter os presos do 8 de Janeiro, mesmo com parecer contrário da PGR", afirmou.

***Estagiária sob a supervisão de Edla Lula**

Ciro visita Bolsonaro

» MAIARA MARINHO

O senador Ciro Nogueira (PP-PI) realizou visita ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL-RJ), ontem à tarde, com autorização do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). Essa foi a primeira visita de Bolsonaro após o anúncio da prisão domiciliar decretada na segunda-feira.

Em um vídeo publicado nas redes sociais, o senador disse que Bolsonaro "estava triste", mas "acredita muito ainda no nosso país e em Deus"

O senador, que é um aliado do ex-presidente, disse que está fazendo "o possível para superar esse momento difícil da nossa democracia". A prisão domiciliar teve como justificativa o descumprimento de medida cautelar.

"Fui autorizado pelo relator, ministro Alexandre, a visitá-lo, seguindo todas as normas. Encontrei esse grande brasileiro, homem de bem, não vou dizer que não estava triste, mas é uma pessoa que acredita muito ainda no nosso País", disse o senador, em vídeo distribuído nas redes sociais.

Ciro Nogueira afirmou que foi recebido por Michelle Bolsonaro (PL), mulher de Bolsonaro e líder do PL Mulher. "Fui recebido pela dona Michelle, e estamos fazendo o possível para superar este momento difícil", disse.

Mais cedo, o senador havia afirmado que o PP deve aderir à obstrução anunciada pela oposição como forma de pressionar a cúpula do Congresso a pautar o projeto da anistia e algum pedido de impeachment de Moraes.

Além do senador, outros dois parlamentares fizeram pedidos a Moraes para visitar o ex-presidente na prisão domiciliar. O líder do PL na Câmara, deputado Sóstenes Cavalcante (RJ), afirma que a solicitação tem caráter "estritamente institucional e humanitário".

O deputado federal Zucco (PL), líder da oposição na Câmara e autor de outro pedido, afirma que a visita solicitada é "imprescindível à continuidade dos trabalhos da Liderança da Oposição na Câmara dos Deputados".

Outro pedido é do empresário Renato Araújo, de Angra dos Reis (RJ), município litorâneo onde Bolsonaro tem casa de veraneio.

Bolsonaro, que está proibido de utilizar as redes sociais diretamente ou por intermédio de terceiros, fez uma vídeo chamada no domingo (3/8) com o deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG), enquanto este estava em manifestação bolsonarista na Avenida Paulista, em São Paulo.

A ligação foi gravada e publicada nas redes sociais do senador Flávio Bolsonaro (PL-SP). A defesa do ex-presidente disse que irá recorrer da decisão no Supremo. O prazo é até 9 de agosto. (**Com Agência Estado**)

Governistas prometem ir ao Conselho de Ética

» ISRAEL MEDEIROS

Os governistas reagiram rapidamente à obstrução feita pela oposição aos trabalhos do Congresso. Com o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), fora de Brasília, o que restou aos deputados alinhados ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi protestar.

"Isso aqui é um atentado contra o parlamento. É um ataque à democracia. Isso é uma vergonha", disparou o líder do PT, Lindbergh Farias (PT-RJ), no Plenário, em bate-boca registrado em vídeo. Com parlamentares de oposição usando fitas adesivas em suas bocas e em silêncio, alguns governistas aproveitaram para gravar conteúdo para as redes sociais acusando-os de impedir o exercício de sua atividade parlamentar. Alguns argumentaram que o objetivo da oposição não era cobrar da cúpula do Congresso uma resposta ao ministro Alexandre de Moraes, mas impedir o avanço do PL que isenta de Imposto de Renda quem recebe até R$ 5 mil.

Às 15h, a liderança do PT convocou a imprensa para uma coletiva no Salão Verde. Nela, o grupo anunciou que vai levar o caso ao Conselho de Ética da Casa com o objetivo de punir todos os deputados envolvidos na obstrução. Lindbergh voltou a falar: classificou o movimento como "inaceitável". "Ninguém pode parar pela força a atividade parlamentar. Os trabalhos legislativos. É uma continuidade desse processo de golpe", afirmou.

O deputado Tarcísio Motta (PSol-RJ) disse que os parlamentares têm direito a obstruir as votações, mas que isso só poderia ser feito com a sessão em andamento. "Cada um deles vai ser alvo de processo no Conselho de Ética pelo que estão fazendo hoje", disse o congressista, que comparou o movimento à tentativa golpista do 8 de Janeiro. O líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP), foi na mesma linha. "Aos parlamentares, é legítimo o direito à manifestação e à obstrução parlamentar, mas impedir o pleno funcionamento das duas Casas do Congresso Nacional não é obstrução, é vilipêndio."

O clima que se instalou em Brasília desde a prisão de Bolsonaro foi tão tenso, que o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) recolocou, ontem, as grades de proteção ao redor do Palácio do Planalto. Os equipamentos ficaram cerca de 10 anos ao redor do Palácio, entre 2013 e 2023. Ao assumir o mandato, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ordenou a remoção das grades, argumentando que a sede do Executivo não pode ficar afastada da população.

Ed Alves CB/DA Press

Grades foram recolocadas em volta do Palácio do Planalto

DIREITO TRIBUTÁRIO

Giovanna Sfalsin/CB/D.A. Press

Lançamento no STF reuniu ministros, juristas e advogados

Obra propõe consenso em conflitos fiscais

» GIOVANNA SFALSIN

A Biblioteca do Supremo Tribunal Federal (STF) foi palco, ontem, do lançamento do livro *A Consensualidade no Direito Tributário*, que propõe soluções alternativas em conflitos fiscais. Com prefácio assinado pelo presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso, e apresentação do advogado-geral da União, Jorge Messias, a publicação reúne artigos de alguns dos principais nomes do direito tributário brasileiro. A coordenação é da advogada Mary Elbe Queiroz e das procuradoras da Fazenda Nacional Anelize Lenzi Ruas de Almeida e Rita Dias Nolasco.

Durante a cerimônia, Barroso destacou o problema crônico da judicialização em massa no Brasil e a urgência de se buscar alternativas. "Nós encerramos 2024 com 83,8 milhões de processos em andamento. Considerando os 160 milhões de adultos no país, isso nos leva a uma estatística alarmante de litigiosidade. Uma das áreas que mais sobrecarregam o Judiciário é justamente o direito tributário."

"Esse livro chega em boa hora, trazendo caminhos viáveis de consensualidade. Já conseguimos reduzir cerca de 13 milhões de execuções fiscais por medidas adotadas no STF e no CNJ. Mas ainda há muito por fazer", continuou.

Barroso defendeu que o futuro da advocacia está na prevenção de litígios. "O advogado do futuro não é aquele que propõe uma boa ação, mas o que consegue evitar um grande litígio", declarou, em tom descontraído.

Revolução

A coordenadora da obra e procuradora da Fazenda Nacional, Rita Dias Nolasco, definiu o projeto como parte de uma "grande revolução". Rita contextualizou que a consensualidade no campo fiscal teve avanços importantes nos últimos anos, com marcos como a entrada em vigor do novo Código de Processo Civil, que passou a permitir negócios jurídicos processuais, e a regulamentação da transação tributária em 2020, prevista no Código Tributário Nacional desde 1966, mas que aguardava regulamentação legal.

A também coordenadora da publicação, procuradora Anelize Ruas de Almeida fez um relato sobre a mudança de paradigma dentro da própria Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que há cerca de 15 anos passou a adotar uma política institucional voltada à consensualidade. "A regra de sucesso da advocacia pública era recorrer. Hoje, o sucesso está em resolver", disse.